



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 3.391, DE 2008

(Do Sr. Dr. Talmir)

Proíbe a condenação à revelia por dívida alimentícia.

DESPACHO:

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA
(MÉRITO E ART. 54, RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei visa a impedir a condenação à revelia por dívida alimentícia.

Art. 2º. O art. 733 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º:

“Art. 733.....

§ 1º.

§ 2º. Não haverá condenação à revelia em ação de cobrança de dívida alimentícia, devendo ser nomeado defensor dativo.”

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A condenação ao pagamento de dívida alimentícia tem sido feita, em muitos casos, de forma constrangedora. Muitos cônjuges têm-se utilizado da ação de alimentos como forma de vingança contra a outra parte.

Embora se reconheça a importância dos alimentos para sobrevivência do alimentado, é importante usar de certa cautela nessas ações, em que sentimentos conflituosos encontram-se em jogo.

No caso de revelia, torna-se necessário permitir que o revel seja devidamente defendido, para que se evitem injustiças. O devido processo legal não pode ser prescindido na ação de alimentos.

A urgência do alimentando não pode levar ao rompimento com os princípios da ampla defesa e do devido processo legal. Até mesmo porque a ação de alimentos é acompanhada de pedido liminar, a fim de que o juiz fixe, desde logo, valor provisório, que será contestado posteriormente pela parte contrária.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 2008.

Deputado DR. TALMIR

<p>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</p>

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Institui o Código de Processo Civil.

.....

**LIVRO II
DO PROCESSO DE EXECUÇÃO**

.....

**TÍTULO II
DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO**

.....

**CAPÍTULO V
DA EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA**

.....

Art. 733. Na execução de sentença ou de decisão, que fixa os alimentos provisionais, o juiz mandará citar o devedor para, em 3 (três) dias, efetuar o pagamento, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo.

§ 1º Se o devedor não pagar, nem se escusar, o juiz decretar-lhe-á a prisão pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) meses.

§ 2º O cumprimento da pena não exime o devedor do pagamento das prestações vencidas e vincendas.

§ 3º Paga a prestação alimentícia, o juiz suspenderá o cumprimento da ordem de prisão.

Art. 734. Quando o devedor for funcionário público, militar, diretor ou gerente de empresa, bem como empregado sujeito à legislação do trabalho, o juiz mandará descontar em folha de pagamento a importância da prestação alimentícia.

Parágrafo único. A comunicação será feita à autoridade, à empresa ou ao empregador por ofício, de que constarão os nomes do credor, do devedor, a importância da prestação e o tempo de sua duração.

.....
.....

FIM DO DOCUMENTO
